



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS SOBRE O SISTEMA  
DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA, PB.**

**EDÉZIO VIRGÍNIO DIAS**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2014**

**EDÉZIO VIRGÍNIO DIAS**

**REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS SOBRE O SISTEMA  
DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA, PB.**

Trabalho de Conclusão do Curso – TCC apresentado no Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, como exigência para a obtenção do Grau de Pós-Graduação, sob orientação do Prof. Josandra Araújo Barreto de Melo.

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D541r Dias, Edézio Virgínio

Reflexos das políticas públicas educacionais sobre o sistema de transporte escolar do Município de Algodão de Jandaíra, PB [manuscrito] / Edézio Virgínio Dias. - 2014.  
39 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Formação de Professores da Educação Básica) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo, Geografia".

"Co-Orientação: Profa. Ma. Joana D'arc de Araújo Nóbrega, Geografia".

1.Avanços. 2.Desafios. 3.Perspectivas. I. Título.

21. ed. CDD 330.05

**EDÉZIO VIRGÍNIO DIAS**

**REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS SOBRE O SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA, PB.**

Trabalho de Conclusão do Curso – TCC apresentado no Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, como exigência para a obtenção do Grau de Pós-Graduação, sob orientação do Prof. Josandra Araújo Barreto de Melo.

**Aprovado em: 26/07/2014**

**Banca Examinadora**

*Josandra Araújo Barreto de Melo*

**Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo**

**Orientadora**

*Joana D'arc Araújo Ferreira*

**Profa. Dra. Joana D'arc Araújo Ferreira**

**Examinadora**

*Juliana Nóbrega de Almeida*

**Profa. Mestre Juliana Nóbrega de Almeida**

**Examinadora**

## AGRADECIMENTO

A DEUS, pelas bênçãos que tem me propiciado.

A minha mãe Maria das Dores, pelo relevante amor que tem me dedicado.

Aos meus colegas de turma que sempre me incentivaram e estiveram comigo.

Ao Meu avô (*In Memoriam*) Edézio Virgínio Diniz que, mesmo distante, sempre está ao meu lado.

A minha filha Djúlia Isabel Diniz Dias.

A minha noiva Claudiana da Silva pelo companheirismo durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas: Cledson, Bonifácio, Jean, Cicinha, Lívia, Lucilene, Rosalva que todos os sábados viajávamos para a cidade de Campina Grande para assistir as aulas e ao motorista Paulo, da Veraneio.

E a todos que direta e indiretamente contribuíram para o meu êxito que, nesse período de curso, precisei repartir a atenção, compreensão e carinho entre vocês e a Faculdade. Hoje, vejo realizado meu sonho através da concretização deste trabalho de conclusão, o meu sincero proposito de dedicar a vocês todo o tempo e apoio que não foi possível nesse decurso.

## **RESUMO**

A educação do município de Algodão de Jandaíra-PB, vem sofrendo grandes transformações ao longo dos tempos que podem ser percebidas através dos resultados visíveis em sua população através do número de alunos que ingressaram na universidade nos últimos anos. Estes reflexos são frutos das políticas públicas implantadas pelos governos federais, estaduais e municipais que são aplicadas das mais diversas formas para uma educação de qualidade. Aqui, iremos relatar as políticas voltadas para o transporte escolar através do PENATE e do Programa Caminho da Escola, analisando as visões dos entes envolvidos nos programas e refletindo as suas respostas aos questionários aplicados e posteriormente analisando os resultados coletados nesta pesquisa.

**Palavra-chave: Avanços- Desafios-Perspectivas.**

## **ABSTRACT**

The education of the municipality of cotton Jandaíra-PB, has suffered great changes over time that can be perceived through the visible results in their population through the number of students who entered the University in recent years. These reflexes are fruits of the public policies implemented by federal, State and municipal governments that are applied in the most diverse ways for a quality education. Here, we report the policies directed to the school bus by PENATE and the way to school, analyzing the visions of the ones involved in programmes and reflecting their replies to the questionnaires applied and subsequently analyzing the results collected in this survey.

**Keyword: Progress- Challengers- Perspectives.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.</b> .....	<b>07</b>
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	<b>09</b>
<b>2.1- Caracterização da Pesquisa</b> .....	<b>09</b>
<b>2.2-Instrumentos de Coleta de Dados</b> .....	<b>09</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1. Políticas Públicas para a educação brasileira e reflexos sobre o sistema de transporte escolar.</b> .....	<b>10</b>
<b>3.2.Analisando o PENATE (Programa Nacional do Transporte Escolar).</b> .....	<b>12</b>
<b>3.3.O Programa Caminho da Escola.</b> .....	<b>13</b>
<b>4.RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	
<b>4.1-Localização e caracterização geográfica do município de Algodão de Jandaíra.</b> -16	
<b>4.2-A fundação do município.</b> .....	<b>17</b>
<b>4.3-A educação no município.</b> .....	<b>18</b>
<b>4.4-Os programas que o município de Algodão de Jandaíra aderiu nos últimos anos.</b> 20	
<b>4.5-Um resgate histórico do transporte escolar no município.</b> .....	<b>22</b>
<b>4.6-Análise dos questionários aplicados com os agentes envolvidos.</b> .....	<b>24</b>
<b>5-CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b> .....	<b>28</b>
<b>6-REFERÊNCIAS.</b> .....	<b>29</b>
<b>7- NOMENCLATURA.</b> .....	<b>31</b>
<b>8- ANEXO A.</b> .....	<b>32</b>
<b>9-ANEXO B.</b> .....	<b>36</b>



## INTRODUÇÃO

Quando se fala em educação no Brasil, percebe-se que as mudanças ocorrem de maneira muito lenta e devem ser compreendidas muito além da sala de aula. Para tanto, se faz necessário investigar os motivos que proporcionam a chegada do educando no local em que ele irá receber a sua formação intelectual. Assim, uma das preocupações por parte do governo e da sociedade civil é a vinda dos alunos de locais muito distantes de sua escola, com comodidade e segurança até a escola, lhes assegurando voltar com segurança para casa.

Neste contexto, o Governo Federal criou o Programa Nacional do Transporte Escolar (PENATE), que garante apoio financeiro aos Estados e Municípios para o transporte escolar, contudo, os problemas estavam distantes de ser resolvidos, pois o transporte que era locado para os alunos geralmente era de péssima qualidade, colocando em risco as suas vidas.

A partir destas constatações, o programa do transporte escolar foi reformulado e colocou-se a disposição dos municípios a aquisição de veículos escolares, conforme a necessidade de cada localidade e o acesso às escolas, pois na região Nordeste e em outras regiões foram colocados a disposição a aquisição de ônibus de diferentes tamanhos, já na região Norte do Brasil, que o acesso é mais realizado por via fluvial, foram disponibilizados barcos para o transporte de estudantes.

Esta aquisição ocorre através da adesão do município ao Programa Nacional do Transporte Escolar, onde o município fica na fila de espera, conforme a inscrição, e recebe os ônibus com uma contrapartida de vinte por cento do seu valor total. Assim, o município fica na obrigação de adquirir e cuidar da manutenção dos veículos para serem utilizados no transporte escolar.

O município de Algodão de Jandaíra fez a adesão ao programa em 2010, recebendo o primeiro ônibus em 2012, que foi doado através de parceria com o governo do Estado, que entregou o veículo ao município e este ficou na obrigação de mantê-lo e disponibilizá-lo aos estudantes do município e também do Estado, atendendo aos alunos da escola de Ensino Médio. Entretanto, para compreender-se a evolução do transporte escolar no município, é necessário recordar-se a situação do transporte escolar antes da chegada dos ônibus que os governos federal e estadual forneceram ao município.

---

O primeiro veículo a chegar no município foi em 2011, através da parceria com o Governo do Estado da Paraíba, juntamente com o Governo Federal. Na ocasião, a prefeitura recebeu um veículo de tamanho médio, com capacidade para 31 estudantes que foi destinado a transportar os alunos que se dirigiam para a Cidade de Campina Grande, a fim de estudarem em curso superior. Naquela época, a prefeitura não quis extinguir o contrato com a empresa que fazia o transporte dos alunos de localidades da zona rural. Passado quase um ano, no final de 2011 a prefeitura recebeu o primeiro ônibus vindo direto do Governo Federal para a localidade denominada de Serrote Baixo e este veículo fica a disposição da localidade, até o presente momento.

No início do ano de 2012, a prefeitura recebeu mais um ônibus vindo do Governo Federal para ser utilizado pelos alunos da localidade denominada de Sítio Mocós, que também foi direcionado para transportar os alunos da comunidade denominada de Gruta Funda e ir até a cidade de Remígio para transportar os professores que ensinam no município de Algodão de Jandaíra. Logo depois, no mesmo ano, a prefeitura recebeu outro ônibus através do Governo do Estado, que entregou à comunidade denominada de Sítio Jandaíra, o qual transporta, até hoje, os alunos dos turnos tarde e noite para a sede do município.

Neste ano, o município recebeu mais um veículo, que transporta os alunos da localidade de Riacho dos Negros, entretanto mesmo com esta evolução, nem todas as comunidades dispõem de transporte escolar, sendo assistidas através dos veículos locados pela prefeitura. Ainda existe a previsão de chegar mais três veículos, que serão destinados à comunidade de Mocós, de onde o veículo foi retirado para atender aos estudantes universitários, para a comunidade Serra do Algodão e para a comunidade de Malhada que, devido a distância da sede municipal, os alunos estudam no município vizinho, Remígio.

Diante do exposto e da nossa vivência no município de Algodão de Jandaíra, tivemos a iniciativa de investigar e tentar compreender a evolução, no que se refere a oferta e a qualidade do transporte escolar no município, uma vez que se faz necessário perceber os desafios enfrentados pelas comunidades, de forma a possibilitar uma análise dos avanços e desafios que o município tem enfrentado para resolver o problema do transporte escolar, que é uma das condições básicas para a permanência dos alunos na escola e no município, uma vez

que os alunos desassistidos pelo transporte escolar procuram as escolas dos municípios limítrofes.

Mediante o exposto, este trabalho tem por objetivo analisar a evolução da qualidade do transporte escolar no município de Algodão de Jandaíra, como também identificar os pontos mais críticos para que este transporte tenha uma melhor qualidade e os alunos venham à escola com segurança e comodidade e retornem para suas casas da melhor forma possível.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1. Caracterização da pesquisa**

Este trabalho foi realizado através de pesquisa documental, que conta com informações sobre o transporte escolar do município e documentos oficiais do Governo Federal para entender como o mesmo vem implantando programas que visem a melhoria do transporte escolar no Brasil e, conseqüentemente, no município de Algodão de Jandaíra, sendo uma pesquisa realizada com os agentes envolvidos no processo educacional do município e, assim, poder traçar um perfil da qualidade do transporte escolar que é oferecido no município.

A pesquisa foi realizada durante um mês, onde foi possível entrevistar toda a comunidade escolar e gestores para perceber o ponto de vista deles, através do cruzamento de dados, podendo-se perceber o que as respostas têm em comum e no que elas diferem.

### **2.2. Instrumentos de coleta de dados**

Coletou-se informações na Secretaria de Educação no município, através de conversa informal com a titular da pasta e o pessoal de apoio técnico da mesma, para encontrar subsídios para elaboração de um questionário, que foi direcionado à cada agente envolvido na educação do município. O questionário é composto por dez perguntas que serão analisadas e

expostas em forma de tabela ou de transcrição de suas informações, com a devida autorização dos entrevistados para poder publicar suas informações.

Os questionários foram distribuídos de maneira em que todas as comunidades beneficiadas com o transporte escolar fossem ouvidas, através dos pais ou responsáveis pelos alunos. Também objetivou-se com a aplicação dos questionários identificar a percepção dessas pessoas sobre o transporte escolar.

Logo depois, foi distribuído um questionário para os professores que são beneficiados com o transporte escolar e, mais tarde, foi aplicado um questionário com a antiga e com a atual Secretária de Educação, a fim de perceber os avanços e desafios mencionados por elas, que são reflexos dos programas implantados pelo Governo Federal.

### **3.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1. Políticas públicas para a educação brasileira e reflexos sobre o sistema de transporte escolar**

Quando se fala de políticas públicas na Educação, o primeiro documento que se deve recorrer é a lei que rege toda educação do país, que é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), a qual norteia toda e política educacional do país, trata dos direitos dos cidadãos no tocante aos investimentos e o acesso ao sistema de ensino do país.

De início, a LDB em seu artigo 2º fala da responsabilidade da família e do poder público em dá acesso e promover a educação a todos os cidadãos, a fim de que eles tenham condições de exercer o pleno direito à cidadania e sua qualificação para o trabalho, isto implica que a educação é um direito e, sendo assim, deve ser pensada e planejada pelos agentes envolvidos com responsabilidade e respeito aos cidadãos, dando condições dignas de acesso a ela, pois a lei diz que:

**Art. 2º.** A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por

finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para tanto, é dever do Estado assegurar a permanência do aluno na escola, devendo ser concedido o direito do mesmo frequentar a escola, seja qual for o local em que esteja morando, uma vez que o sistema de ensino tem por obrigação proporcionar o transporte para o trajeto do aluno de seu local de origem até onde irá receber instrução, uma vez que a LDB, em seu artigo 3º, inciso I, fala da igualdade de condições, acesso e permanência na escola, pois essas condições de que fala é entendida como todos os meios que proporcionem a comodidade do aluno para ser transportado com segurança.

Percebe-se que o acesso à escola é um fator fundamental para que o aluno aprenda e tenha vontade de permanecer estudando, pois, caso contrário, pode ficar desestimulado e acabar abandonando a escola, tomando como justificativa a falta de condições de chegar a mesma.

Mais tarde, a LDB em seu artigo 5º fala do regime de colaboração entre o Governo Federal e os municípios, a fim de proporcionar a estes os meios de conseguir uma melhor aprendizagem dos alunos e condições que os mesmos venham à escola e sintam-se acolhidos e lhes assegurar o direito de aprender, caso contrário, estes poderão requerer aos órgãos competentes providências cabíveis para que sejam assegurados os seus direitos, conforme o que determina o artigo 5º da LDB:

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

Para isso, o Governo Federal tem por obrigação elaborar um plano que atenda a educação do país e seja adequado com a realidade dos Estados e Municípios. Desta maneira, o Plano Nacional de Educação, elaborado e criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, o responsável pela sua operação é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (FNDE), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, no qual todo o financiamento e

manutenção do ensino será realizada através de parcerias entre os diversos agentes governamentais.

Neste caso, a união tem a função de prestar assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios para elaborar planos e políticas voltadas à educação, através de ações conjuntas, pois o governo federal tem o dever e a obrigação de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva, dando suporte financeiro como o Programa Caminho da Escola, que prevê a entrega de ônibus e barcos escolares para transportar os alunos da zona rural e os alunos que tem necessidades especiais até os estabelecimentos de ensino, dando a garantia de sua permanência na escola.

### **3.2-O Plano de Desenvolvimento da Educação**

O governo brasileiro, com o objetivo de melhorar a educação e com a necessidade de proporcionar ao povo brasileiro uma educação de melhor qualidade, elaborou o Plano de Desenvolvimento da Educação, através de ações articuladas com o Plano Nacional de Desenvolvimento do País, que foi motivo de grande repercussão nacional com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que previa a aceleração do crescimento e investimentos do Governo Federal e da iniciativa privada para proporcionar um país mais “justo” e proporcionar oportunidades a todos os brasileiros. Nesta Perspectiva, o Governo lança o Plano de Desenvolvimento da Educação. Conforme menciona o Governo Federal, no Portal do Ministério da Educação:

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. (MEC-2014)

Neste contexto, o Plano Nacional da Educação prevê estratégias que visem o aprendizado e a permanência na escola através de metas a serem atingidas pelo país, uma vez que, juntamente com as entidades privadas através do movimento “Todos pela Educação”, prevê melhorias na educação que vão, desde o acesso e permanência à valorização dos profissionais da educação, através de apoio financeiro de estratégico, conforme menciona no portal do MEC os seguintes informativos:

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Sendo um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica ( MEC-2014).

Neste sentido, iremos agora analisar o PENATE e o Programa Caminho da Escola onde tentaremos compreender a evolução do transporte escolar no país e as suas consequências na melhoria da educação e os impactos no aprendizado dos educandos.

### **3.3-Analisando o PENATE (Programa Nacional do Transporte Escolar)**

Para garantir o acesso à educação, o Governo Federal disponibiliza recursos que servem de apoio aos Municípios e Estados, que garantem o transporte escolar de todos os estudantes que tenham residências em locais distantes de seu estabelecimento de ensino e que necessitem de um meio de locomoção para chegar ao seu destino final, que é a escola.

Para tanto, o governo garante, através de apoio financeiro aos Estados e Municípios através do PENATE (Programa Nacional do Transporte Escolar), sendo esses recursos repassados aos municípios, divididos em dez parcelas, iniciando no mês de fevereiro, em que

regularmente começa o ano letivo em todo o país) e terminando em novembro, que é o período de final de ano, onde os recursos servirão para o final do ano letivo, em dezembro.

A partir daí, percebe-se que o Governo Federal regulamentou estes programas em 2004, através da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que visa o já mencionado apoio financeiro aos Estados e Municípios que farão a complementação dos recursos para o pagamento do transporte escolar para os alunos que residem na zona rural, nos distritos e povoados que não ofereçam a modalidade de ensino que o aluno necessite, como também os alunos portadores de necessidades especiais, principalmente os que tem dificuldades de locomoção.

Através da já mencionada lei, o Governo Federal garante a todos os municípios os recursos financeiros que são calculados através do censo escolar do ano anterior e servirão de base para o cálculo do valor a ser recebido pelo município durante o ano e que, juntamente com a contra partida do município, terá condições de pagar às empresas contratadas para fornecerem os transportes aos alunos que necessitem.

A mesma lei garante o acesso aos alunos da zona rural em igualdade de condições, mesmo que para tanto ele tenha que fazer o trajeto de motocicleta, de ônibus ou de transporte de “passeio”. Assim, fica garantido a estes alunos o seu transporte e, caso o município e /ou estado não o forneça, cabe aos pais e/ou responsáveis acionar o Ministério Público para garantir os seus direitos. Esta mesma lei, através da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei no 11.947, de 16 de junho do mesmo ano, garante não só aos alunos da educação básica, como também da educação infantil e do ensino médio, os mesmos direitos dos alunos do ensino fundamental de acesso e permanência na escola, através do transporte escolar.

A lei que garante aos municípios os recursos do PENATE, também prevê a manutenção dos veículos que serão utilizados no transporte dos alunos a que terão toda manutenção garantida através de tais recursos. Percebe-se também que o regime de parceria é muito comum entre Estados e Municípios, onde os Estados através de ofícios encaminhados ao FNDE autorizam o repasse dos valores referentes aos alunos que realizam o trajeto semelhante os alunos dos municípios, utilizados os mesmos veículos e que o município



pagam os transportes e recebem via FNDE o valor por aluno, que está matriculado no ensino médio das instituições estaduais, confirmando o regime de parceria entre os entes federados.

### **3.4-O Programa Caminho da Escola**

O Governo Federal cria o Programa Caminho da Escola para garantir o acesso do aluno que reside na Zona Rural, evitando a evasão escolar e dando condições aos municípios de manter regularmente o transporte escolar de boa qualidade e segurança, uma vez que em todo Brasil, havia denúncias de alunos chegando até a escola em transportes que não tinham a mínima condição de segurança.

Em 2007, foi criado o Programa Caminho da Escola que foi implantado em todo o Brasil, através de parceria com os Estados e Municípios os quais, através da adesão, poderiam receber ônibus de diversos tamanhos para o transporte dos alunos, todos padronizados e equipados para o tráfego em locais de difícil acesso, como também para as comunidades ribeirinhas, onde o transporte é feito por via fluvial, foi disponibilizado barcos que realizam o transporte com segurança e todo padronizado.

Para adquirir o transporte escolar, os municípios fazem a adesão e justificam, através do censo escolar, a necessidade dos veículos que são destinados a área rural. O município requerente fica em espera, de acordo com o número de ordem do pedido e recebe o transporte mediante a contrapartida oferecida, haja vista ficar na responsabilidade de fazer a manutenção necessária para o transporte dos alunos.

Com esse tipo de transporte, os municípios tiveram uma melhor oferta dos transportes escolares para os alunos da zona rural, isto porque o custeio e a manutenção é mais fácil de ser realizada do que a contratação de transportes para os alunos, o que entes gerava muitos problemas, pois os atrasos de repasses eram frequentes e os alunos passavam até meses sem irem para a escola por falta de transportes, o que provocava a evasão escolar e o desinteresse no aprendizado, causando a repetência.

A mesma lei garante o acesso aos alunos da zona rural em igualdade de condições mesmo que para tanto ele tiver que fazer o trajeto de motocicleta, de ônibus ou de transporte de “

---

passageio”, assim fica garantido a estes alunos o seu transporte e, caso o município e /ou estado não forneça, cabe aos pais e/ou responsáveis acionar o ministério público para garantir os seus direitos. Esta mesma lei, através da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei no 11.947, de 16 de junho do mesmo ano, garante não só aos alunos da educação básica, como também da educação infantil e do ensino médio. Os mesmos direitos dos alunos do ensino fundamental de acesso e permanência na escola através do transporte escolar.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

##### **4.1. Localização e caracterização geográfica do município de Algodão de Jandaíra**

O município de Algodão de Jandaíra está localizado no Estado da Paraíba, na microrregião do Curimataú Ocidental, fazendo fronteiras com os municípios de Remígio, Casserengue, Pocinhos, Esperança e Barra de Santa Rosa, conforme Figura 1.

Figura 1: Localização geográfica do Município de Algodão de Jandaíra.



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home> Em: 20/04/2014

É um município da Área denominada de Polígono das Secas, com uma população predominantemente rural onde residem aproximadamente 65% de seus habitantes, em comunidades rurais. Tem uma área territorial de 220 km<sup>2</sup>, que apresenta locais de difícil acesso, devido ao seu relevo acidentado e comunidades isoladas umas das outras.

O município de Algodão de Jandaíra tem uma população estimada, de acordo com os dados do IBGE, em 2008, de 2407 habitantes que necessitam de incentivos governamentais para a sua sobrevivência devido a pobreza da região, a escassez de água e a falta de trabalho na localidade, vivendo em sua maioria da agricultura nos tempos chuvosos e da criação de animais e também de incentivos governamentais.

#### **4.2-A fundação do município.**

Algodão de Jandaíra teve emancipação recente, datando de 1994, através do decreto lei nº 5.928, de 29 de abril do mesmo ano, desmembrando-se do município de Remígio, do qual era um distrito e teve como seu primeiro prefeito o senhor Edvaldo Alves de Luna, que governou o município por duas gestões, totalizando oito anos 1997-2004, quando entregou o cargo para o senhor Isac Rodrigo Alves, que governou o município de 2005 até 2012 e desde 2014 é governado pelo então prefeito Humberto dos Santos.

A origem do município tem controvérsias, contudo, seu nome é atribuído a dois fatos de grande relevância, que é a denominação algodão devido a localidade ser o local de trajeto do transporte de algodão em seus tempos áureos para a cidade de Campina Grande, onde os tropeiros (homens que faziam o transporte da pluma de algodão no “lombo” de animais de carga) pernoitavam no “ranchos” que por lá encontravam e descansavam os animais para logo cedo continuarem a caminhada até chegar ao local que o algodão seria transportado por estrada de ferro até o porto do Recife.

Já a denominação Jandaíra tem dupla denominação que fica a cargo de quem o interpreta, pois até agora não se chegou a um consenso. Primeiro este nome é atribuído a uma indígena do mesmo nome, o que é justificado por um local denominado de pedra do caboclo, que foi o nome dado aos indígenas que vivam na região e que foram exterminados por proprietários da região durante o conflito que exterminou de forma definitiva os indígenas da região. No caso de atribuir a terminação Jandaira a um tipo de abelha típica da região, também é aceito por habitantes da região, contudo, ambas tem um ponto em comum a terminologia da palavra ser de origem indígena.

Os munícipes de Algodão de Jandaíra tem o orgulho de relatar fatos históricos que engrandecem o município, os quais tem uma repercussão estadual, fazendo parte da História da Paraíba, como o relato de José Américo de Almeida, que cita a localidade em seu livro “Memórias antes que eu me Esqueça”, citando a fazenda de posse de seus familiares onde ele passava temporadas com seus avós na localidade denominada de Fazenda Jandaíra, que mais tarde foi vendida.

Outro fato a ser mencionado por seus habitante é o caso Carlota, no qual conta-se que o senhor Joaquim dos Santos Leal possuía uma fazenda no Sítio Jandaíra, mas tinha residência fixa na cidade de Areia-PB. A Senhora Carlota Lúcia de Brito, uma pernambucana, viúva e jovem se instalou na localidade Catinhos, que atualmente pertence ao município de Remígio. Os dois começaram um romance que escandalizou toda sociedade areiense, na segunda metade do século XVIII. Por este motivo, Carlota foi agredida em ruas da cidade pelo seu amante e adversário político Quincas Leal. Este episódio provocou uma guerra entre as famílias de Quincas leal e Trajano Chacon, que é também contado no livro acima citado de José Américo e o município de Algodão de Jandaíra foi palco de um longa metragem sobre o caso Carlota.

Outro fato a ser registrado foi as duas edições de “festa do Bode”, que foi palco do calendário de eventos do município, durante 2000 e 2001. Naquela época, a cidade foi cognominada de “Capital do Bode”, durante a administração do Sr. Edvaldo de Luna Alves.

Hoje, o município de Algodão de Jandaíra vive seu momento histórico com a construção da pavimentação asfáltica da rodovia PB 139, que foi colocado o nome do ex-prefeito de Remígio Mário Cabral Vitória, que foi o prefeito que trouxe a energia elétrica ao município.

#### **4.3-A educação no município**

No início da emancipação política de Algodão de Jandaíra, as escolas eram pertencentes ao município de origem que era Remígio. Após o primeiro concurso público no

município, que foi realizado em 1999, foi instalada a segunda fase do ensino fundamental, fazendo com que os alunos não precisassem mais se deslocar para Remígio, em busca de acesso à escola.

Neste momento, a educação do município começa a trilhar seus próprios caminhos, pois com profissionais qualificados através de concurso público para assumirem suas salas de aula, poderiam realizar um trabalho satisfatório. Contudo, os desafios começaram a aparecer, pois o acesso ao município não oferecia grandes vantagens e os professores, em sua maioria, eram da cidade de Remígio. A prefeitura entra em ação colocando uma lei que garante o apoio financeiro para custear o transporte dos professores até a cidade e o seu retorno para Remígio. Com isso a situação melhora, pois existe a garantia de um transporte seguro para ir e vir de Algodão de Jandaíra, uma vez que no município não existe um transporte regular através de uma linha de ônibus que transporte passageiros todos os dias, em horários diferentes.

Vencidos os desafios do transporte para os professores, o município tem diversos outros desafios a serem vencidos, estatisticamente é um município com alto índice de analfabetismo, chegando a 30,3% segundo dados do IBGE, o que é um índice muito alto para um município tão novo e que tem uma média de um professor para cada 9 alunos. Pensando nisso, o município começa a investir através de programas do Governo Federal na educação de jovens e adultos, o que está trazendo bons resultados.

Outro problema no município está relacionado às distâncias entre as localidades que tornam as escolas da zona rural muito complicadas de serem administradas, pois existe uma disparidade muito grande entre a população e o número de escolas no município, hoje o município conta com treze escolas, sendo a sua maioria na zona rural, e estas tem em média dez alunos por escola. Assim, percebe-se que o maior problema nas escolas da zona rural são as salas multisseriadas, onde o professor tem que ensinar ao mesmo tempo três ou quatro séries/ ano no mesmo local, o que prejudica visivelmente o aprendizado dos alunos.

Podem-se perceber também avanços na educação quando se tem, depois de quinze anos, a metade dos professores da segunda fase do ensino fundamental residente na cidade e que estudaram no município e hoje prestam serviços ao seu local de origem, como também o

transporte que leva os alunos para as universidades na cidade de Campina Grande. Percebe-se, assim, que os frutos estão sendo colhidos e que irão aparecer cada vez mais.

O município implantou há três anos atrás, a Educação de Jovens e Adultos, dando oportunidade às pessoas que não tinham condições de estudar durante o dia e agora tem o direito de estudar à noite. Contudo, os problemas não param, entre eles podem-se citar a disponibilidade de professores para ensinar os alunos da segunda fase do ensino fundamental no município e do ensino médio no Estado, ficando na dependência de professores que residem na cidade de Remígio, em sua maioria. Outro desafio a ser vencido são os alunos da zona rural que, depois de muita reivindicação, conseguiram transporte escolar para a maioria das comunidades, contudo, devido a distância entre a sede do município, torna-se muito cansativo para eles, porém a vontade de estudar é maior e eles frequentam regularmente.

Apesar do número de alunos no município ser muito pequeno, devido a sua população ser pouco numerosa, o município já conseguiu grandes avanços. Sabemos que esses esforços ainda não são suficientes para sanar todas. Mas certamente conseguirão melhorias, principalmente com a adesão a vários programas disponibilizados para o município, através do Governo Federal.

#### **4.4-Os programas que o município de Algodão de Jandaíra aderiu nos últimos anos.**

Há cinco anos, havia uma distorção idade-série muito grande e prejudicava o bom andamento da escola do município, que tem turmas da segunda fase do Ensino Fundamental, ou seja, a escola municipal de Ensino Fundamental Manoel Antônio Coelho de Andrade, pois tinha alunos com dezoito e vinte anos junto com alunos de onze anos, no 6º ano do fundamental. Em meio a esta situação, a direção da escola, juntamente com a Secretaria de Educação, implantou a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno da tarde, para diminuir a distorção idade-série, pois nesta modalidade os alunos adiantam duas séries em um só ano, o que diminuiu bastante a distorção no turno da tarde.

Resolvido o problema da distorção idade-série no turno da tarde, o próximo passo foi a implantação da EJA no turno da noite para incentivar os pais de alunos e pessoas que

deixaram de estudar ou que nunca estudaram a virem estudar na modalidade EJA durante a noite, uma vez que durante o dia a maioria trabalha em suas localidades. O grande problema era o transporte para trazê-lo da zona rural até a escola, que fica na sede do município. Então, com a aquisição dos ônibus escolares do Programa Caminho da Escola, os alunos da noite podem estudar na cidade, pois os transportes que levam os alunos à tarde para suas casas trazem os da noite que retornam após assistirem aulas.

O município, em parceria com o estado, garante acesso à escola durante a noite até o final do ensino médio, com a modalidade SEM (Supletivo Ensino Médio), que garante aos alunos da noite terminarem a educação básica e poderem realizar atividades que requerem esse nível de ensino.

Outros programas que surtiram muito efeito no município foram o SE LIGA e o ACELERA, programas estes que eram mantidos pela Fundação Ayrton Senna e que visavam a aprendizagem do aluno de 1º a 5º ano do ensino fundamental, de forma rápida e eficiente, corrigindo a distorção idade-série com estratégias de ensino bem elaboradas e que surtiram efeitos positivos quando em um tempo de três anos de vigência foi terminada sua ação por corrigir quase que na sua totalidade essa distorção de aprendizagem.

Em 2010, o município percebe que o maior problema se encontra nas escolas do campo, pois lá existem as salas multisseriadas e os alunos estão com problemas de distorção idade-série e déficit de aprendizagem, daí o município implantou nas escolas rurais a modalidade ensino denominada de Escolas do Campo, onde todo o currículo escolar tem que ser adaptado às necessidades das localidades onde as crianças vivem. Foi elaborada toda uma estratégia para trabalhar com educação do campo e os seus frutos foram bastante proveitosos, uma vez que a qualidade do ensino nas escolas rurais do município melhorou muito.

Sanada a dificuldade no município, entra o programa do Governo Federal, que é um pacto pela alfabetização na idade certa, programa este que tem toda uma estratégia para reduzir o déficit educacional e criar condições para que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa. Este programa está em andamento e pelo que já se tem de informações disponibilizadas pela SME, os resultados estão sendo bastante positivos.

Enfim, pode-se citar o programa de aquisição dos transportes escolares através do Governo Federal, que foi feita a adesão no ano de 2011 e está em andamento, podendo receber em breve ônibus para as localidades que ainda necessitam de tal transporte.

#### **4.5-Um resgate histórico do transporte escolar no município.**

O transporte escolar no Brasil sempre foi um grande desafio a ser vencido pelos gestores municipais para oferecer aos alunos residentes nas zonas rurais de seus municípios, acesso às escolas, uma vez que o valor pago para garantir o transporte escolar a esses alunos era muito baixo, como também os transportes escolares não eram de boa qualidade. No município de Algodão de Jandaíra, este problema também podia ser sentido e, aos poucos, vem sendo resolvido, contudo ainda tem muito a ser melhorado.

O problema do transporte escolar no município começou juntamente com a emancipação política local, pois antes de ser um município independente, a localidade de Algodão de Jandaíra pertencia a Remígio e este era quem tinha a obrigação de arcar com toda infra-estrutura necessária para o transporte dos alunos que, de acordo com relatos dos moradores, era de péssima qualidade. Com a emancipação política do município, a administração local ficou com a obrigação de custear e gerenciar todo o transporte escolar, então a prefeitura passou a realizar contratos com proprietários de ônibus para fazerem o transporte dos alunos.

Mais tarde, quando o município já estava estabilizado com sua administração, foi realizado um concurso público no qual foi implantado em 1999 o ensino fundamental II e os professores, em sua maioria, eram da cidade de Remígio, que iam trabalhar na cidade de Algodão de Jandaíra no turno da tarde, com turmas do 6º ao 9º ano. Muitas vezes, por falta de professores da área de atuação, ou por seu número de alunos ser bastante reduzido, um professor tinha que assumir duas ou mais disciplinas para completar sua carga horária.

Para sanar este impasse, o governo municipal colocou a disposição dos professores e funcionários, um transporte para levá-los e retornar para suas casas, contudo o transporte não oferecia boas condições. Daí, o prefeito coloca a disposição um ônibus e conseguiu, através



de lei municipal, uma gratificação de difícil acesso que servia para pagar o transporte para o trajeto dos professores. Hoje, os professores estão sendo transportados em um ônibus do município que faz parte dos transportes adquiridos pelo programa Caminho da Escola.

No início da implantação do ensino fundamental II no município de Algodão de Jandaíra, quando nos referimos aos desafios enfrentados no tocante ao transporte escolar, pode-se destacar a qualidade dos transportes, isto porque o município não dispunha de muitos veículos utilizados para esse fim. Foram contratados, durante dez anos, vários tipos de transportes, entre eles pode-se destacar os caminhões e caminhonetes que serviam de pau-de-arara que levavam os alunos da zona rural até a sede do município em condições mais adversas possíveis, sendo alvo de críticas e de recomendações do ministério público para sanar este problema.

Em meio a este contexto, surgiu outro problema relacionado ao transporte dos alunos que foi as longas distâncias percorridas por alunos para chegarem ao ponto em que os veículos passavam para levá-los à escola. Então, a secretaria de educação, começou a sanar esta deficiência com a locação de transportes menores e até motos para transportar os alunos de locais distantes, uma vez que os veículos maiores não chegariam ou ficaria muito oneroso para ir até o local, daí sanou-se o problema das distâncias e surgiu outro problema com a implantação da EJA, pois muitos alunos da noite moram na zona rural.

Os alunos da zona rural, inicialmente tinham grandes dificuldades para poderem estudar, uma vez que o município não dispunha de transportes suficientes para atendê-los, então alguns iam de moto, com recursos próprios, para serem transportados até sua escola. O município conseguiu mais transporte escolar e contratou mais motoristas para transportá-los, conseguindo sanar o problema, isto porque quando o transporte retorna com os alunos do turno da tarde, já vem com os alunos do turno da tarde.

Contudo, o problema do transporte escolar ainda está longe de ser sanado, isto porque os alunos da localidade denominada Malhada de Dentro, são oriundos do município de Algodão de Jandaíra, contudo estudam em Remígio, devido a distância ser menor, porém os gastos com o transporte escolar desta comunidade são de responsabilidade do município de Algodão de Jandaíra. Assim, podemos perceber as dificuldades enfrentadas pelo município e

---

perceber, através dos questionários que posteriormente analisaremos avanços e os desafios a serem vencidos pelo município no que se refere ao transporte escolar.

#### **4.6-Análise dos questionários aplicados com os agentes envolvidos.**

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa de campo, com a aplicação de quatro tipos de questionários destinados aos agentes envolvidos na problemática. Para tanto, foi endereçado um questionário com dez perguntas que foi respondido pelos gestores atuais e anteriores, colocando o seu ponto de vista. Mais tarde, foi aplicado um questionário com os professores que, como já foi citado anteriormente, utilizam tal transporte para o deslocamento até a sede do município. Em seguida, foi destinado um questionário que foi respondido pelos próprios alunos e seus pais, a fim de verificar os avanços e desafios que o município irá enfrentar para a melhoria do transporte escolar.

O questionário endereçado aos gestores (Secretária e ex-secretária de educação) era composto por dez perguntas que foram respondidas de acordo com a visão e o conhecimento que elas tinham sobre a educação do município, no que se refere ao transporte escolar, podendo-se evidenciar, apesar das limitações, a evolução do setor.

Quando a atual secretária foi questionada se o transporte existente atualmente é suficiente para atender ao número de alunos, resposta foi que ainda não é, uma vez que os veículos de determinadas localidades ainda estão superlotados. Isto é explicado pela falta de transporte padronizado ainda em quatro localidades, que ainda são transportados por veículos locados e, muitas vezes, não atendem às necessidades básicas de transportes, que são segurança e conforto.

Quando se indagou sobre a qualidade do transporte escolar no município, a ex-secretária mencionou a inovação no setor através do programa Caminho da Escola, que foi uma conquista iniciada na sua gestão, através da assinatura do termo de adesão.

Quando foi indagada sobre a distância percorrida pelos alunos até os locais onde o transporte escolar passa, respondeu que nem sempre o transporte passa exatamente na frente da casa dos alunos, por muitos motivos, entre eles as condições das estradas, pois, em alguns

casos, devido a dificuldade de acesso, alguns alunos percorrem até 2 quilômetros para chegar ao local de destino, porém quando essa distância ultrapassa vinte minutos de caminhada, o poder público contrata uma moto para leva-los até a parada do ônibus para ir até a escola.

A Ex-secretária avalia os aspectos positivos da aquisição dos ônibus, mencionando que antes desse “ônibus amarelinho” os transportes contratados eram muito complicados, pois se houvesse atraso de repasse do valor do contrato, os alunos ficavam sem ir à escola e era motivo de críticas e reclamações constantes, como também muitos motoristas não tratavam bem os alunos e havia muita reclamação de motoristas que não faziam seu trabalho corretamente.

Quando indagamos sobre a conservação dos transportes escolares, a ex-secretária fala que existe um grande problema que vem desde a sua gestão e continua acontecendo, que é a falta de compromisso dos motoristas e a falta de consciência dos alunos para a conservação dos transportes, presenciei muitas queixas de pessoas que achavam absurdas as formas que os alunos tratavam os ônibus sentando-se encima dos braços das cadeiras, riscando os bancos, e muitos outros atos de vandalismo, informavam também que os motoristas que não tinham zelo com os transportes e muitas vezes freavam e passavam em buracos de propósito atos que prejudicassem o desempenho dos transportes.

De acordo com os relatos da ex-secretária, outro grande problema durante a sua gestão era a conservação dos veículos existentes no município que serviam para transportar os alunos, pois eram alvo de alunos que depredavam, a ponto de não ter poltronas para sentar-se isto porque, os motoristas não tinham cuidado e nem os alunos tinham a consciência do bem público, houve casos que os alunos arrancavam as poltronas e cortavam com estilete as poltronas do ônibus.

Quando chegaram os ônibus novos, inicialmente dois, sendo um através do governo federal e outro através do governo do Estado, foi destinado um para transportar os alunos para Campina Grande e outro para o sítio Serrote Baixo. O ônibus que transportava os alunos para Campina Grande, quando foi entregue à nova administração do município, estava em condições razoáveis, contudo precisava de manutenção, já o ônibus que servia a comunidade do Serrote Baixo, estava em péssimas condições.

De acordo com as respostas da ex-secretária, ela dá a sugestão de fazer um melhor acompanhamento dos transportes através de conscientização com uma melhor fiscalização, e punição para os alunos que depredam os ônibus e tentar reduzir os atos de vandalismo e realizar parcerias com as entidades responsáveis pelos adolescentes para puni-los quando aconteçam atos de vandalismo.

Nosso questionário foi respondido pela representante da secretaria de educação do município, relatando os avanços e desafios enfrentados em dezessete meses de gestão, dando-se para perceber que existem muitos problemas a serem resolvidos e que o município, apesar de ser pequeno, tem muitos problemas estruturais para serem corrigidos. De acordo com a entrevistada, que preferiu não mencionar o seu nome, quando a atual gestão recebeu o município, os transportes escolares estavam em péssimas condições, tinha à disposição do município, três ônibus com pneus carecas e com o motor batido e além do mais um deles estava uma verdadeira sucata o qual não foi mais utilizado.

No início do ano de 2013, a prefeitura agilizou a reforma de dois ônibus que poderiam ser reformados e recebeu no Mês de maio recebeu mais dois ônibus escolares, sendo um via governo federal com capacidade para 48 alunos sentados e um micro-ônibus com capacidade para 28 alunos sentados via governo do estado.

Antes de terminar o ano de 2013, a prefeitura recebeu mais um ônibus escolar via governo do estado, totalizando cinco ônibus em sua frota, este avanço no transporte escolar foi de grande, uma vez que a prefeitura deixou de gastar uma boa soma em dinheiro com locação de veículos e ficando somente com a responsabilidade de fazer a manutenção de tais veículos. Apesar de todos estes avanços, o município ainda enfrenta muitos problemas relacionados ao transporte escolar, isto porque alguns motoristas nem sempre tem a responsabilidade de cuidar dos transportes e acabam danificando peças e quebram os ônibus por não ter o cuidado com a manutenção correta.

Outro problema relacionado aos transportes escolares, está em conscientizar os alunos que usufruem, uma vez que, nem sempre eles tem o cuidado com as poltronas e riscam ou cortam as mesmas, houve casos que alunos cortaram bancadas com estiletes e riscaram as poltronas com lápis tinta, e não temos como saber quem são porque os outros colegas

---

silenciam e não divulgam o nome dos alunos que praticam tais atos. Percebe-se que a secretaria de Educação ter a intenção de proporcionar aos estudantes do município uma oferta de transportes cada vez melhor, para tanto a administração do município, segundo relatos dela, vem buscando, através de convênios com o governo federal, completar a frota necessária para o transporte escolar e tirar de vez os contratos de transportes que gera grande “dor de cabeça” para todos os gestores.

As entrevistas que foram entregues aos pais de alunos e aos próprios alunos, foram recebidas e analisadas e através das informações contidas nela, podemos descrever os principais avanços e desafios que são enfrentados no município, de acordo com as respostas que obtivemos. Primeiramente, foi perguntado se eles utilizam o transporte escolar ou não, e a maioria dos entrevistados respondeu que sim e isto se explica devido a maioria dos alunos estarem estudando no turno da tarde e este turno é composto em quase sua totalidade de alunos oriundos de diversas localidades, desde as mais próximas até as mais longínquas.

Outro questionamento que foi respondido foi a qualidade do transporte escolar, sendo obtidas respostas diversificadas, dependendo da localidade a ser atendida pelo transporte. Os alunos que são atendidos pelos ônibus “amarelinhos”, padronizados, que foram recebidos através do programa caminho da escola, em sua maioria, responderam que a qualidade é muito boa, apesar de alguns ônibus já necessitarem de uma reforma, devido ao tempo de uso e a ação de alunos mal intencionados que depredam os veículos.

Quando foram indagados sobre o tempo que levam para realizarem o trajeto de casa até a escola, as respostas variaram de acordo com a localidade em que eles residem, uns moram a quinze minutos de tempo percorrido outro a uma hora e meia de distância. Assim, foi possível perceber que os alunos mais prejudicados com a falta do transporte escolar são os alunos das localidades mais distantes, contudo, foi relatado que desde 2013 não tiveram casos de falta de transportes com muita frequência como antes.

Outro ponto relacionado ao tempo gasto pelos alunos para chegarem até a escola foi o fato de que alguns tem que caminhar até quinze minutos a pé até chegarem às paradas dos ônibus e sugeriram que tivessem motos para desloca-los até o ponto em que passam os ônibus.

Com relação as indagações sobre a situação anterior à chegada dos ônibus escolares, eles relataram basicamente o que os outros agentes envolvidos relataram, que eram as constantes faltas de transportes, os transportes inadequados e a falta de manutenção por parte dos proprietários dos veículos, afirmando que havia casos de serem transportados até no velho tipo de transporte da região “o pau-de-arara”, fato que gerava muita preocupação por parte dos pais e/ou responsáveis. Ao citarem esses fatos, eles mencionaram a questão de que os alunos não tem o cuidado necessário para a conservação dos veículos e sugeriram que os agentes envolvidos fizessem campanhas de conscientização e até fiscalizações a fim de coibir ações desse tipo, que tanto prejudicam a vida e o patrimônio público.

Quando foi perguntado sobre a preparação dos motoristas para o transporte dos alunos, as respostas variaram de acordo com o motorista responsável por transportar os alunos de cada localidade, tem motoristas que tratam bem os alunos, sabem a velocidade correta para o transporte de alunos, outros são pouco atenciosos e fazem manobras arriscadas colocando em risco a vida dos alunos, percebe-se também que os motoristas que fizeram o curso de condutor de veículo escolar, como propõe o programa do transporte escolar, são mais responsáveis e atenciosos.

E, por último, eles responderam que o transporte escolar tem melhorado muito e que o município tem feito muitos esforços para garantir um transporte de qualidade, contudo elas acreditam que ainda há muito que melhorar e que esta ação deve ser conjunta entre todos os envolvidos com o transporte escolar.

## **5-CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação no Brasil tem muitos desafios pela frente. Neste sentido, o Programa Nacional do Transporte Escolar vem corrigir déficit nas oportunidades que os alunos da zona rural tem com relação aos alunos da zona urbana. Isto porque, durante muito tempo, o ensino brasileiro mesmo sendo universalizado e oferecidas vaga para todos os alunos, independentemente de sua localização, sempre os alunos que residiam nas zonas rurais dos

municípios do interior do país sentiam grandes dificuldades para o seu deslocamento até as escolas.

Dentro desta perspectiva, o programa de apoio ao transporte escolar, por si só, não tinha condições de implantar as melhorias necessárias para dar igualdades de condições aos alunos de zona urbana e rural. Assim, o Programa Caminho da Escola vem provocar uma grande melhora no transporte escolar e garantir o acesso à escola pelos alunos dos diversos locais do país.

No que se refere aos transportes escolares do município de algodão de Jandaíra, percebe-se um grande salto de qualidade no transporte escolar, uma vez que antes os alunos tinham grandes dificuldades para fazerem o trajeto entre a escola e suas residências e isto é constatado quando analisamos os questionários aplicados aos alunos, professores, gestores e pais de alunos.

Assim, podemos perceber que o trabalho realizado aqui tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre o transporte escolar e perceber a sua evolução nos últimos dez anos, com também analisar as maiores dificuldades em manter esses transportes em funcionamento e garantir a qualidade pretendida.

## **6-REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. 2ª Ed. Ed. Universitária - UFPB . J. Pessoa: 1980.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª Edição fac-similada da edição de 1923. Brasília: Senado Federal, 1994.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil** (versão atualizada, com emendas constitucionais). Disponível em: < <https://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Paraíba..** Edição fac-símile da 1ª edição de 1892. Brasília: Thesaurus Editora, 1977. problema de sua periodização.

MEC. Ministério da Educação. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Orientações Gerais para a aplicação dos instrumentos.** Brasília, 2007b (digitado).

**Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Teresina, abril de 1996.** 69,161, p. 112-41, jan/abr.1998.

Sites visitados:

<http://www.caminhodaescola.com>

<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-caminho-da-escola>

<http://simec.mec.gov.br>

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br/home>

<http://www.pnud.org.br/home>

<http://www.cnm.org.br>

<http://www.todospelaeducacao.org>.



**7-NOMENCLATURA.**

**ACELERA-** Programa da Fundação Airton Senna ligado à educação.

**EJA-**Educação de Jovens e Adultos.

**FNDE-**Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

**IBGE-**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**LDB-**lei de Diretrizes e Bases da Educação.

**MEC-**Ministério de Educação e Cultura.

**PAC-**Programa de Aceleração do Crescimento.

**PDE-**Plano de Desenvolvimento da Educação.

**PENATE-**Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

**SE LIGA-** Programa da Fundação Airton Senna ligado à educação.

**SEM-**Supletivo do Ensino Médio.

**SME-**Secretaria Municipal de Educação.

**8-ANEXO A:****QUESTIONÁRIO 01-Alunos**

1-Você utiliza o transporte escolar?

2- Como é a qualidade do transporte escolar?

3- O transporte escolar passa perto de sua casa? Quanto tempo você gasta para chegar à escolar?

4-Você utiliza os ônibus escolares do município? Como era antes deste transporte?

5- Como é a conservação dos ônibus?

6- A quantidade de alunos nos ônibus é adequada?

7-Os motoristas são preparados para transportar os alunos? Justifique.

8-Os alunos tem o cuidado com a conservação dos ônibus?

9-Que sugestões você daria para melhorar o transporte escolar?

10-Você acredita que os gestores tem a preocupação de cuidar do transporte escolar? Dê sua opinião.

**QUESTIONÁRIO 02--Pais**

- 1-Seu filho utiliza o transporte escolar?
- 2- Como é a qualidade do transporte escolar do seu filho?
- 3- O transporte escolar passa perto de sua casa? Quanto tempo seu filho gasta para chegar à escolar?
- 4-Como era o transporte escolar antes da chegada dos ônibus?
- 5- Como é a conservação dos ônibus?
- 6- A quantidade de alunos nos ônibus é adequada?
- 7- Os motoristas são preparados para transportar os alunos? Justifique.
- 8- Os alunos tem o cuidado com a conservação dos ônibus?
- 9- Que sugestões você daria para melhorar o transporte escolar?
- 10- Você acredita que o município tem a preocupação em cuidar do transporte escolar? Dê sua opinião.

**QUESTIONÁRIO 03- Professores**

- 1-Você utiliza o transporte escolar?
- 2- Como é a qualidade do transporte escolar?
- 3- Porque o Professor utiliza o transporte escolar?
- 4- Como era antes deste transporte?
- 5- Como é a conservação dos ônibus?
- 6-Os ônibus são suficientes para transportar os alunos? Justifique.
- 7-Os motoristas são preparados para transportar os alunos? Justifique.
- 8-Os alunos tem o cuidado com a conservação dos ônibus?
- 9-Que sugestões você daria para melhorar o transporte escolar?
- 10-Você acredita que os gestores tem a preocupação de cuidar do transporte escolar? Dê sua opinião.

**QUESTIONÁRIO 04- Gestores**

- 1- Qual é o maior problema enfrentado por você no que se refere ao transporte escolar?
- 2- Como é a qualidade do transporte escolar?
- 3- Porque o Professor utiliza o transporte escolar?
- 4- Como era o transporte escolar antes da chegada dos ônibus do Programa Caminho da Escola?
- 5- Como é a conservação dos ônibus?
- 6- Os ônibus são suficientes para transportar os alunos? Justifique.
- 7- Os motoristas são preparados para transportar os alunos? Justifique.
- 8- Os alunos tem o cuidado com a conservação dos ônibus?
- 9- Que sugestões você daria para melhorar o transporte escolar?
- 10- Como gestor, como você pode contribuir para um melhor aproveitamento do transporte escolar?

**9-ANEXO B : Imagens dos veículos utilizados no transporte escolar no Município de Algodão de Jandaíra, PB.**



**Figura: 01-** 5º ônibus com capacidade para 28 alunos, adquirido através do governo do Estado para atender a comunidade Jandaíra.



**Figura: 02-** 1º ônibus com capacidade para 28 alunos, adquirido através do governo do Estado para atender a comunidade Gruta Funda e aos Professores.



**Figura 03-** ônibus locado para atender aos alunos da Comunidade Serra do Algodão.



**Figura: 04-** 2º ônibus com capacidade para 48 alunos, adquirido através do governo federal para atender a comunidade Serrote Baixo.



**Figura: 05-** Ônibus locado com capacidade para 48 alunos para atender a comunidade Mocós.



**Figura: 06-** 3º ônibus com capacidade para 28 alunos adquirido através do governo do Estado para atender a comunidade Riacho dos Negros.





**Figura: 07-** 4º ônibus com capacidade para 28 alunos adquirido através do governo do Estado para atender a comunidade Barra do Urubú.